

# Cidade, modos de ver e de fazer vitalidade urbana no dia a dia

Thereza Carvalho<sup>a</sup>  e Fernanda Pacheco<sup>b</sup> 

<sup>a</sup> Universidade Federal Fluminense, Departamento de Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: thereza.urbandesign@gmail.com

<sup>b</sup> Universidade Federal Fluminense, Departamento de Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: fernandapdias@gmail.com

Submetido em 31 de março de 2019. Aceito em 17 de julho de 2019.

---

**Resumo.** Este artigo trata de relações entre processos de configuração (e apropriação espacial), vitalidade e morfologia urbana. Apoiar-se em estudos empíricos e encontrar fundamentação teórica em autores clássicos e contemporâneos de diferentes escolas. Procedimentos de análise urbana tendem a decompor o objeto cidade em categorias segundo uma das disciplinas urbanas - geografia, história, sociologia, antropologia, urbanismo, etc. Cada um destaca o que quer enxergar e minimiza ou anula o restante considerado irrelevante à perspectiva da disciplina que professa. Entende-se, para efeito deste texto, que processos de apropriação do espaço público urbano são mais generosos - uma vez disparados reconhecem múltiplas dimensões do espaço urbano e as agregam, quando o ambiente institucional assim o permite, na constituição, temporária ou consolidada, de atrativos formadores de 'aconchegos urbanos' - configurações morfológicas que nos apoiam, com mais ou menos fruição, pela vitalidade local que produzem. Estas constituem o foco deste artigo ilustrado por estudos empíricos que contemplam apropriações espaciais que se mostraram importantes para os locais onde foram praticados e, assim, se mantêm. A análise destaca e questiona o aspecto transgressor identificado nas iniciativas materializadas, em um dado momento, nas apropriações espaciais formadoras da vitalidade urbana e finaliza apontando aspectos não contemplados por aquelas categorias.

**Palavras-chave.** morfologia, vitalidade, percepção, persistências, bordas.

---

## Abrindo o jogo

Este artigo trata do fazer cidade para além do projeto de intervenção ou do plano, portanto, com foco na informalidade, aqui reconhecido como legítimo, estágio obrigatório na consolidação do tecido urbano.

Trata, também, das contribuições e limitações de métodos de ver a cidade que, quando conseguem enxergá-la, nem sempre revelam as relações de causas e efeitos que engendraram aqueles modos de fazer.

Tem, portanto, dois focos, ambos em mutação, ambos com repercussões sobre nossas vivências. O primeiro é a cidade, *modos de fazer*, que é transformada, dia a dia, alternando papéis de criatura (efeito) e

criadora (causa), de interesses e demandas pessoais e coletivas, do mercado e do setor público, e das tensões que os relacionam.

O segundo consiste nos *modos de ver* - métodos de leitura da cidade que estão, também, sendo transformados a partir das intenções e tensões de forças não tão diferentes e igualmente poderosas. Repercutem tanto sobre os processos de análise, quanto de proposição. Abrangem tanto abordagens chamadas clássicas, como as tendências recentes que se apoiam em novas ferramentas digitais. Poderosos computadores capazes de processar uma infinidade de informações em segundos e revelar padrões espaciais de convergência que passam a ser aceitos como substitutivos

ao tradicional método científico - hipótese, modelo, teste - e às abordagens, mais lentas, que tratam da nossa dimensão humana.

Lentas porque exigem reflexão sobre conteúdos simbólico e político, e seus rebatimentos em múltiplas escalas físicas. Assim resistem a processos reducionistas.

O estudo de caso foi introduzido para ilustrar contribuições e limitações de alguns métodos, quando aplicados isoladamente, e a necessidade de explorarmos métodos híbridos que somem ‘forças qualitativas e quantitativas’, e reflexão crítica.

Sete tópicos estruturam este artigo. O segundo tópico, *Modos de ver a partir dos clássicos*, apresenta diferentes métodos de ver a cidade e procura elucidar seus respectivos propósitos e contribuições. O terceiro tópico, *Modos de fazer*, trata de formas de urbanização contemporânea voltadas para temas específicos. O tópico seguinte, ‘*Outros modos de ver: mapeando fronteiras*’, apresenta um breve panorama das contribuições mais recentes em morfologia urbana. O quinto tópico, *Buscando sentidos, trocando ideias*, tem o objetivo de explorar e questionar consequências daqueles modos de ver cidade sobre a permanência ou insurgência de elementos e estruturas urbanas significativos. O sexto tópico, *Empíria: modos de ver e viver vitalidade urbana no bairro*, aplica diferentes métodos de leitura morfológica. Contou com a colaboração de meus alunos do mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Procura ilustrar como morfologia urbana e vitalidade podem estar relacionadas. Dois métodos foram aplicados no estudo de caso de Botafogo: um que constata a existência e as formas das apropriações sócio espaciais, e outro que busca identificar e inventariar modelos, tipos e tipologias de edificações e tramas viárias. Adotam lentes distintas que produzem resultados distintos. Ambos localizam mas não analisam as interrelações entre aquelas formações identificadas e nem, tampouco, se existem padrões de recorrência nas ocupações e apropriações.

Responder exige extrair, das formas identificadas – ainda que ‘informais’, de fazer cidade – relações de causa e consequência, entre os padrões espaciais emergentes e herdados, entender as forças agregadoras em ação na *gênese* das várias centralidades que o bairro apresenta, seus

focos singulares principais de atração, suas conexões entre si e com a cidade, e de como essas se complementam.

Como só se vê o que se *quer* ver, o sétimo tópico, *Perguntas velhas e novas* finaliza o artigo tratando, no plano das idéias, o objeto do desejo.

### Modos de ver a partir dos clássicos

O geógrafo alemão Michael Conzen (1960), destacado por Whitehand como o fundador da escola inglesa em morfologia urbana e por Netto (2015), como o fundador da escola tipológica alemã, aporta fundamental contribuição para o estudo da *gênese* da cidade conjugando morfologia e planejamento. Destaca as dimensões social e econômica como pano de fundo para abordar a interdependência entre o plano urbanístico, a textura edilícia e os usos do solo, enxergando como legítimo o “processo orgânico” de configuração urbana, abrangendo decisões individuais com repercussões coletivas sem, contudo, destacar autores ou usuários.

Esses usuários, agentes de variadas e sucessivas mudanças, os significados que extraem da cidade e os vestígios que imprimem no espaço público, constituem o foco das estudos em semiótica urbana. Lucrécia D’Aléssio Ferrara (2000), em seus estudos sobre a linguagem expressa no espaço urbano construído e habitado – baseado em extensos trabalhos de campo com muitas entrevistas – contempla usuários e ‘fazedores’ da cidade, e ilumina a questão da diversidade e da multiplicidade dos modos de ver e de viver de usuários e moradores de determinados trechos urbanos da cidade de São Paulo.

Outras perspectivas mais recentes, e mais receptivas à agilidade crescente do transcurso do tempo de produção, duração e desconstrução da cidade, somada à velocidade de deslocamento material e virtual, exploram as possibilidades que a tecnologia oferece para a identificação de padrões espaciais a partir do processamento de grande quantidade de dados. Essas parecem fugir, contudo, àquelas categorias analíticas. Ganham visibilidade no passado, com Bill Hillier, no final da década de 70, e evoluem até à atualidade, desdobrando-se em diferentes redes de pesquisa, desenvolvimento de softwares e geração de

uma enorme quantidade de dados. O pressuposto cultural, herdado do Iluminismo, de que tudo que pode ser medido tem maior peso científico, ressurgiu agora, com ênfase, com a ‘revolução dos dados’, anunciada no New York Times, pela primeira vez por David Brooks, em 2013.

Para o coreano Chul-Han (2018), um dos filósofos mais instigantes da atualidade, a mencionada expectativa de que os “dados são uma lente transparente e confiável que nos permite filtrar o emocional e a ideologia” (Anderson, apud Han, 2018, p.79), tem implícita a ideia de totalitarismo ou fetichismo dos dados - é a *barbárie dos dados*. Diz: “esse ‘dataísmo’ é a marca do Segundo Iluminismo”.. “tudo deve se tornar dados e informação... o dataísmo, que acredita que qualquer ideologia pode ser deixada para trás é, em si mesmo uma ideologia - conduz a um totalitarismo digital”. Byung aponta como falsa clareza, essa ‘crença contemporânea’ apontada como futuro - que os ‘big data’ deverão libertar o conhecimento da arbitrariedade subjetiva – quando “dados suficientes estiverem disponíveis, a teoria se torna dispensável”. Quando assumido como verdade absoluta, o dataísmo dispensa qualquer nexo de sentido ou significado, já que “o sentido baseia-se na narração” e dados e números são *aditivos e não narrativos*. Sua visibilidade midiática e velocidade avassaladora de processamento ‘prometem’, para alguns autores (Anderson, 2008; Brooks, 2013; Harari, 2016), o fim da teoria e, portanto, do pensamento crítico.

### Modos de fazer

Nesse caldo de ideias, outras propostas de “urbanização contemporânea” emergem como novas tendências, voltadas para temas e funções específicas. Ora com *performances de sucesso esperado mensuráveis por indicadores quantitativos pré-concebidos*, como as cidades projetadas para sediar o melhor desempenho da chamada economia criativa, as “smart cities”, ou cidades criativas. Ora como ‘cidades à beira de auto estradas’, onde as áreas de crescimento do mercado imobiliário são definidas pelo fluxo do tráfego dos transportes de massa, o “*transit oriented development*”, TOD. Assim também, o “novo urbanismo” de Duany recorta o conteúdo complexo do conceito herdado de cidade/diversidade, e o reduz a

temas, formas e funções específicas, para grupos específicos.

Para Calthorpe (1995), essa redução tem raízes na própria utopia modernista. Erradicar as diferenças mediante a homogeneidade formal e a segregação funcional, espacial e social.

Posteriormente, a desregulamentação do uso e das formas de ocupação do território que distingue o neoliberalismo, sua característica ‘informalidade’ incentivada, abriu largas portas para outros agentes e suas variadas formas e grandes escalas territoriais de apropriação espacial ‘irregular’, que não atendem à legislação vigente, embora socialmente aceitas. Essa categoria ‘grande escala territorial de apropriação espacial desregulamentada’, é, com frequência, interpretada como criatura e criadora do ‘empoderamento’ do novo ocupante alterando o equilíbrio de forças atuantes no local - vale para os distritos onde predominam os interesses específicos de uma categoria legal de empreendedor, como também para os usos e usuários ilícitos.

Ou seja, tanto vale para os traficantes na Maré quanto para a Petrobrás em Macaé.

Mais difícil se mostra obter reconhecimento público e legitimação social para as apropriações na pequena escala, a despeito do seu frequentemente maior valor social, cultural e econômico para a vitalidade local. Cumulativa entre coletivos ‘outros’, diversos, ao longo do tempo, que precisam ser conquistados pouco a pouco, mais facilmente acontecem quando e onde a diversidade cultural é valorizada. Esse processo orgânico plural, multi-escalar, constitui-se em uma das forças agregadoras materializando-se nos ‘aconchegos urbanos’ – entendidos como centralidades locais emergentes cujos espaços públicos, sob certas condições, conseguem abrigar, tanto o convívio social harmonioso quanto os conflitos necessários à renovação da sociedade, as chamadas “cidadanias insurgentes” (Sandercock, 1998).

Neste cenário de projetos concebidos para atender critérios específicos, enxergar apropriações espaciais individuais cumulativas das bordas dos espaços projetados ganha status de propósito estratégico. Entrelaça o passado, o presente hegemônico e o insurgente de agora, abrange variadas escalas de usos e usuários,

demandas e interesses, que reconfiguram, em múltiplas dimensões, até os dias de hoje, a morfologia da cidade que as dicotomias recorrentes, formal x informal, projetado x espontâneo, escondem.

### **Outros modos de ver: mapeando fronteiras**

As últimas conferências internacionais de Morfologia Urbana (ISUF) destacam o caráter “multidisciplinar” da disciplina (Whitehand, 2018) e a necessidade de encontrar novas formas de se fazer políticas espaciais (Shubenkov, 2018). O encontro de Valência (ISUF Conference Report, 2017) realça a quantificação da forma urbana, o uso de big data e as estatísticas em grande parte dos trabalhos, como veremos a seguir. A intercessão de abordagens quanti e qualitativas e a igual integração de diferentes disciplinas que podem contribuir com o assunto ainda é debatido e reivindicado nos encontros acadêmicos.

No Brasil, o tema da vitalidade urbana associado à morfologia têm aparecido com certa frequência no debate acadêmico atual. Cerca de 20% dos trabalhos recebidos no ENANPARQ 2016 (Krafta e Faria, 2016), referentes ao tema da morfologia urbana, relacionam atributos da vitalidade com qualidade urbana. É preciso pontuar que os autores citados não consideraram esta amostragem como “estado da arte” uma vez que tal produção não apresentou características consideradas como “fronteira do saber”.

Jacobs (2011), Gehl (2010), Conzen (1960) e Hillier (1984), são referências clássicas que aparecem constantemente por trás de métodos e intenções dos mais variados artigos no campo da morfologia urbana. As quatro condições para a vitalidade urbana sugerida por Jacobs (p.152) - diversidade de usos, quadras curtas, edificações de diferentes idades e alta densidade - surgem ora como variáveis cujos impactos serão estudados, ora como indicadores da presença daquele conceito. Por exemplo, a comum contagem de pedestres no espaço público feita seja de forma manual ou computacional, sugere que a presença de uma quantidade significativa de pessoas nas ruas e praças signifique que a área analisada é ativa ou vital. Combinado este dado com a análise da forma urbana, gabaritos de edifícios, tipologias, uso do solo, etc, temos aí um

trabalho que inevitavelmente progrediu a partir dos clássicos.

O artigo *The Death and Life of Great Italian Cities: A Mobile Phone Data Perspective* (Nadai et al, 2016) publicado recentemente, se preocupou em testar empiricamente as quatro condições Jacobianas em seis cidades italianas. O grupo de pesquisadores responsáveis pelo trabalho admite que estas condições não puderam ser testadas até recentemente, afinal dados que capturem a “vida na cidade” são complexos.

Anteriormente, em outra pesquisa, as atividades de pedestres na cidade de Seoul puderam ser coletadas mediante longo estudo que levou uma década, portanto o “diferencial” dos italianos foi o desenvolvimento de um método alternativo. Para que a coleta de dados pudesse ser feita de maneira mais rápida, as atividades dos pedestres foram coletadas a partir de telefones celulares e recorreram às informações do Censo Italiano e do OpenStreetMap para o estudo da morfologia. O resultado deste esforço demonstrou que no contexto italiano variáveis como o uso da terra ou mistura de edifícios em diferentes idades, não influíram tanto na atividade dos pedestres. Por outro lado, a diversidade de pessoas encontrada em áreas com concentração de escritórios (ou seja, frequentada não só por moradores) contribuiu significativamente, além de ruas pequenas (e possivelmente estreitas) e a presença de lugares públicos como bares e cafés que possam ser acessados a pé. Os pesquisadores se surpreenderam com o fato das ferrovias e rios não indicarem repulsa a pedestres, pelo contrário, demonstraram estar integrados no tecido social, em oposição às estradas que se mostraram prejudiciais.

Também no contexto brasileiro estudos com objetivos semelhantes já foram publicados. Saboya, Netto e Vargas (2015), por exemplo, investigaram as correlações entre os “tipos arquitetônicos” e a vitalidade urbana em Florianópolis. O grupo de pesquisadores se preocupou em realizar um estudo empírico rigoroso, para tal foi aplicado um método de abordagem quantitativa que buscava revelar efeitos da arquitetura (tipos contínuos, tipos isolados, e híbridos - além de aberturas nas fachadas) nos movimentos dos pedestres. As variáveis “densidade” e “acessibilidade” foram controladas através de uma derivação da Sintaxe Espacial (Hillier, 1973) para que

não interferissem no fator “tipologia”. Os resultados encontrados apontam que trechos com maior continuidade das fachadas tendem a apresentar maior vitalidade e que ao isolar a “acessibilidade”, em trechos menos acessíveis, a abertura nas fachadas não influencia os pedestres. Este tipo de estudo demonstra que é possível testar as hipóteses de Jacobs e outros autores tidos como clássicos e ainda refletir sobre a conjuntura atual de nossas cidades.

Estudos recentes realizados na China (Ye, Li e Liu, 2017), em Londres (Batty, Sulis, Manley e Zhong 2018) e Dashlanr (Cui e Mao, 2018) optaram por uma metodologia de caráter quantitativo apoiada nas novas tecnologias tanto na obtenção de dados através das redes, quanto numa análise dessas informações. Por exemplo, na China a vitalidade urbana foi medida pelo número de pequenas empresas de *catering* por quarteirão e correlacionada com os tipos arquitetônicos. Também, naquele trabalho, as variáveis de acessibilidade e usos mistos foram avaliadas com o uso da Sintaxe espacial. Já em Londres, os dados foram obtidos através de cartões eletrônicos de usuários do transporte público combinados com interações no Twitter (marcações de “localização”) e informações da plataforma OpenStreetMap. Interessada nas atividades de pedestres durante Semana de Design de Pequim, a experiência em Dashlanr utilizou dados coletados por uma empresa que gerencia aplicativos dos smartphones na China e os complementou com um contador e uma máquina fotográfica. O objetivo era observar os comportamentos dos pedestres, sabendo reconhecer e identificar os turistas e a população local, de forma a contribuir com a organização de eventos futuros.

Abordagens quantitativas vêm sendo reproduzidas por vários pesquisadores, com resultados publicados em diferentes periódicos internacionais (e aos poucos na literatura nacional) firmando uma tendência. O objetivo é estender a amostragem, replicando o método em diferentes cidades, e desse modo comparar resultados e obter uma compreensão ampla e comparável do funcionamento das cidades, como elas se comportam em rede e individualmente. Pretendem contribuir, a partir de padrões espaciais que emergem, com o seu planejamento e projeto urbano futuro.

Ao mesmo tempo, métodos de observação deambulatória e de análise tipológica e comparação de plantas cadastrais, ambos focados em resultados que distingam usuários nas suas relações pessoais com a cidade, não contemplados pelos métodos quantitativos, vêm sendo, também, praticados em diversos estudos empíricos. No entanto, o que a literatura parece sugerir é uma sobreposição de abordagens de modo a construir um conhecimento mais diverso da questão.

Acreditando no potencial narrativo das abordagens qualitativas e na vitalidade urbana que se faz no dia a dia, é que este artigo explora, em formato de experimento, recortes usuários-usos-espaço-tempo específicos. Não se pretende com isto gerar resultados em números ou generalizar pequenos acontecimentos vivenciados ali para outros contextos urbanos, basta-nos refletir sobre o visto e o não visto, de maneira a apre(e)nder sobre.

### Buscando sentidos, trocando ideias

*acompanhar alguns dos procedimentos multi-formes resistentes, astuciosos e teimosos – que escapa à disciplina sem ficarem, mesmo assim, fora do campo onde (essa) se exerce, é que deveria levar a uma teoria das práticas cotidianas do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade. (Certeau, 1982, p. 15).*

Conzen (1960) apontava como “efeito de vizinhança” as relações espaciais percebidas entre as mudanças feitas nas unidades térreas dos empreendimentos habitacionais produzidos ao longo do século XX - a construção de uma extensão na casa influenciava a produção de extensão similar na vizinhança imediata. Relacionava o tipo de mudança realizada à densidade do loteamento, ao tamanho do lote e da unidade pavilhonar. Quanto maior o lote maior a probabilidade de uma ou mais extensões da casa serem construídas. O contrário também se confirmava, as mudanças de menor escala, como alteração de janela ou porta, ocorriam com maior frequência nos conjuntos residenciais de alta densidade. Associou aquelas mudanças - o preenchimento progressivo dos espaços livres nos lotes, seguido de decadência, abandono e

reconstrução - a ciclos sucessivos de transformações tipológicas.

Um elemento importante que o geógrafo destacou e associou ao valor da terra foi a criação de *bordas* emoldurando aquelas áreas residenciais em processos de transformação. Para Whitehand (2018), as *bordas* de Conzen marcavam o limite de uma dada região com características morfológicas homogêneas, servindo como fronteiras “articulando as identidades entre zonas históricas diferentes, pela separação dos distintos períodos morfológicos criados”.

Conquanto ele tenha dado muita atenção à caracterização do que chamou de distintos períodos morfológicos, pesquisas mais recentes relacionam a sua contribuição à caracterização do processo configuracional, ou de gênese, no qual as formas de um período dão lugar ao seguinte e às novas formas que o distinguirão. Cabe também, ressaltar, dentre as contribuições do autor, a sua percepção de que a chamada abordagem evolutiva não pode tratar apenas da expansão “para fora”, pois negligenciaria a riqueza de fenômenos que ocorre no interior de uma dada área. Parte importante dessa riqueza é constituída pela multiplicidade de *bordas*, internas e externas, com diferentes tempos de apropriação e consolidação, “todas relacionadas a um mesmo centro”.

No trabalho original de Conzen, as pessoas que recriaram a paisagem urbana nessas *bordas* não tiveram destaque, no entanto, a escala do seu olhar as contemplava ao apontar as relações entre a tomada de decisão e a forma urbana, abrangendo as numerosas decisões, tomadas em separado, sobre sítios individuais (locais), mas que combinaram-se para criar “regularidades” no tecido urbano. Frequentemente esses ‘decisores’ não sabiam da existência do outro e, quase sempre, ignoravam ou não se preocupavam com as consequências espaciais de seus atos. Dentre os fatores provocadores dessas ocupações de *borda*, em comum entre aquelas decisões separadas, contavam-se àquela época, no Reino Unido, como na atualidade, a queda na produção imobiliária, atração mútua entre diferentes usos do solo, ou o fato de que um número de ocupantes se localizou junto por falta da disponibilidade de imóveis e terrenos alternativos. Esses possíveis fatores provocadores são igualmente aplicáveis em cidades brasileiras, em diferentes períodos da

nossa história urbana, na constituição de *bordas*, e na sua reconfiguração, multiplicadas pelo frequente policentrismo presente, sobretudo, nas cidades de maior porte.

Não obstante as semelhanças apontadas, o ritmo que o autor observou da reconfiguração dessas *bordas* internas em algumas cidades na Inglaterra, é significativamente mais lento comparado à velocidade do mesmo fenômeno em algumas cidades no Brasil. Entre as possíveis razões para essa diferença, a *valorização identitária*, heranças culturais e conquistas sociais nas formas de gestão compartilhada, certamente contribuíram para preservar heranças e resistir a mudanças na Inglaterra mais do que no Brasil.

Quem tem maior mobilidade acaba por ver pouco da cidade e da sociedade, diluindo a noção de pertencimento. Passa veloz ao largo do real e vira alvo fácil de imagens pré-fabricadas, que os folhetos de propaganda imobiliária e de atuação municipal divulgam sobre ‘qualidade urbana e arquitetônica’, associada ao novo, à renovação. “Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens” (Santos, 1966, p220). Em ritmo lento têm-se outras percepções da cidade, da sociedade e de si.

Entender como os “homens lentos” se apropriam da cidade e a reconfiguram - os excluídos daquelas imagens pré-fabricadas - suas escolhas de percursos e de espaços de permanência, os usos que desses fazem em suas práticas diárias, transformando *bordas* em locais de vitalidade urbana - é um dos propósitos para o qual este artigo procura contribuir.

No caminho dessas ideias, afirma-se que para conseguir ‘ver’ vitalidade urbana sendo feita, cabe respeitar o ‘informal’ como modo legítimo e necessário de fazer cidade, entendida aqui, também, fortalecer os ‘*aconchegos urbanos locais*’ enquanto centros emergentes de vitalidade local, e reconhecer o valor da parcimônia na regularização, se for o caso. A convivência do informal com o legal, sob certas condições, tem diferentes implicações, em múltiplas dimensões, variando com o contexto onde ocorrem.

Onde o espaço público exerce o papel de articulador da vitalidade, visibilidade, identidade, emergem centralidades possíveis, assim também, as ‘cidadanias insurgentes’. Portanto, por via de consequência, a destruição do espaço de apropriação pública pode acarretar a destruição da dimensão pública do espaço - entendido como sítio do reconhecimento mútuo em múltiplas dimensões – ratificando Sennett: “o espaço público encolhe e se debilita no mesmo movimento em que a esfera privada cresce e ganha prevalência na vida social”.

A ênfase na ‘formalidade’ da produção, na regulação planejada pelo setor público para públicos específicos, não captura a maioria das práticas do ‘fazer cidade’ contemporâneo que, em grande parte, ocorre fora dos planos, fora dos regulamentos, fora do alcance dos projetos e dos empreendimentos oficiais. Ainda que ocorram no âmbito público, e sejam visíveis, as ocupações informais, individuais de pequena escala territorial de apropriação, formando coletivos por agregação gradativa, são ‘apagadas’ na leitura da valorização da cidade por falta de ‘lente’ que as enxergue. Contudo, pós definidas como ‘espontâneas’ por não se coadunarem com os parâmetros urbanísticos predominantes, essas apropriações do espaço público, são, também, planejadas - *cada um planeja na escala do poder que tem*. Ao cabo de algum tempo, e de sucessivas ações individuais cumulativas, aparecem como um conjunto agregado com efeitos coletivos.

Quando tratadas como desvios à regra, que de fato não lhes contempla, são condenadas a uma de duas alternativas: a) fabulação, ou seja, o ‘faz de conta que não existe’ (para o poder público) e cada um que cuide de si por auto provisão em todas as dimensões de serviços urbanos; b) ou medidas de correção exemplar, por remoção das estruturas físicas ‘espontâneas’, ‘informais’ com destruição do capital humano investido.

A informalidade é, frequentemente, ‘explicada’ a partir da perspectiva normativa, isto é, como decorrente de falhas, equívocos. Poderia ser um problema técnico - falta de critérios projetuais adaptados às características sociais, econômicas e culturais da população e dos recortes territoriais ocupados; ou um problema de planejamento e gestão - políticas públicas equivocadas de provisão de serviços urbanos com tarifas inadequadas às possibilidades de pagamento

dos estamentos sociais ‘informais’; ou seriam políticas públicas equivocadas de regularização, onerando os custos de adaptação; ou problema político institucional decorrente da dificuldade de entendimento para empreender ações coordenadas entre instâncias governamentais com diferentes bandeiras partidárias e propósitos distintos.

Seria, portanto, sempre efeito de uma falha, *nunca protagonista de um processo coletivo legítimo*.

Adotando caminho oposto, Fran Tonkiss (2013, p.2) defende que os “processos informais de configuração urbana” não deveriam ser tratados como “índice de abandono” pelo Poder Público. “Práticas informais fazem parte da esfera produtiva de operações da pobreza urbana”, e, também, “porque a informalidade efetiva é com frequência sinal de poder e prestígio das elites econômicas e políticas”. A autora afirma seu propósito de estabelecer as bases para implantar um processo que chama de “descolonização do imaginário urbano” ao relacionar a ‘desregulamentação’ para os ricos com a ‘informalidade’ dos pobres. Defende, assim, que as duas práticas, formal e informal, configuram igualmente “ambientes construídos, produzem e tratam de problemas urbanos, organizam pessoas e ordenam espaços”.

Ao reconhecer a falsidade da dicotomia ‘formal’ x ‘informal’, Tonkiss (2013) adota a premissa ética – *reconhecer o diferente como igual* e o direito à diversidade social e cultural, seus impactos sobre a morfologia urbana, seguindo os pensamentos de Jacobs e Arendt. A relevância da diversidade em diferentes dimensões qualitativas do viver em cidade abrange variadas repercussões. A valorização de espaços públicos, nas escalas e localizações adequadas, permitiriam e favoreceriam o convívio e a preservação de tecidos urbanos que abrigam conjuntos sociais culturalmente singulares e suas distintas vizinhanças. Favoreceriam, também, a preservação de tipologias edilícias variadas para o melhor desempenho do conjunto urbano, a apropriação gradativa das bordas para múltiplos usos permanentes e transitórios, o encontro, a mobilização e participação social dos afetados por políticas públicas que não lhes contemplam, entre outras repercussões que não serão aqui listadas para não cansar o leitor.

Ao lutar pelo direito à diversidade como um atributo inerente e necessário à estruturação da vida urbana, Jacobs iluminou uma questão importante não contemplada pelos recortes disciplinares anteriormente aqui mencionados. Realçou a questão das relações entre os processos de apropriação espacial, os usos e talentos predominantes dos indivíduos que compõem a coletividade local, e as coletividades vizinhas, as complementaridades, sociais, econômicas, culturais, que são construídas gradativamente entre esses conjuntos e que, sob certas condições, contribuem para a melhor vitalidade urbana e qualidade da vivência das pessoas na cidade.

Hannah Arendt (2007), contemporânea de Jacobs, trouxe à luz outro aspecto da ‘qualidade da vivência’ que vale explorar - a *ação e a busca da felicidade*. Descreveu a evolução histórica dos conceitos de *liberdade*, com a revolução francesa, e de *felicidade*, com a revolução americana, as duas a partir do século XVIII. Em ambos os casos, Arendt apontava que as noções inicialmente conquistadas tinham o qualificativo ‘público’, posteriormente abandonado em benefício da valorização do bem estar individual, do “direito à busca desimpedida de interesses privados,” e das liberdades pessoais, em detrimento da noção de bem estar coletivo e da felicidade pública. Mudaram o sentido e a ética.

Diante desse arrazoado, entende-se qualidade da vivência na cidade associada à vitalidade, à equidade espacial na distribuição de atributos que favorecem e engendram o prazer de estar e de compartilhá-los se for essa a sua escolha. Para falar de vitalidade urbana, implica tratar-se aqui de espaços públicos, e de permissão para a fruição individual e coletiva, portanto com qualidades atrativas ao olhar e ao conviver que interessam a todos (ou a vários) na busca das suas respectivas noções de felicidade.

### **Empiria: modos de ver e viver vitalidade urbana em Botafogo**

O bairro de Botafogo foi eleito pela revista Time Out, em 2018, o melhor bairro do Rio. Foi, contudo, anteriormente, e por muito tempo, considerado um bairro de passagem, vocação que lhe fora atribuída em decorrência de diferentes artefatos ‘causadores’ construídos ao longo da sua

evolução, a começar com o túnel velho, tunel Alaor Prata. O que teria ocasionado a mudança, de bairro de passagem a local almejado de permanência?



**Figura 1.** Folheto de propaganda imobiliária menciona atmosfera do bairro em março de 2019 (fonte: RJZ CYRELA).

O trabalho de campo realizado contou com a colaboração dos meus alunos da disciplina de Morfologia Urbana, do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, da UFF, 2018. Consistiu em buscar responder a essa pergunta a partir da morfologia urbana, cabendo a cada um escolher o método de leitura com o qual trabalharia. O exercício orientou a busca para explicar ‘permanência’ a partir da observação e análise dos espaços públicos. Autores associados a duas tendências distintas em Morfologia Urbana, *Percepcionistas* e *Racionalistas*, foram utilizadas como fundamentação teórica para diferentes partes do exercício, gerando leituras diversificadas.

Trabalhos de análise urbana medem homogeneidade. Esta, no entanto, varia significativamente com a escala do olhar (de observação). Enxergar a partir de escalas distintas, rua/quarteirão, conjunto de quarteirões/bairro, conjunto de bairros, distrito ou cidade - permitiria olhar o território na sua constituição, forma, usos e gêneses, de maneira complementar. Quanto menor a escala mais heterogeneidade, mais visíveis os padrões de concentração e as diferenças. Quanto maior a escala mais homogeneidade. A escolha da escala de observação e de representação se apresenta como definidora das qualidades do que se quer perceber, entender, reconhecer de um dado fenômeno. Coube aos alunos escolher o quiseram ver.



Os resultados obtidos segundo as duas tendências consolidadas, reconhecidas academicamente, contribuíram, de diferentes maneiras, tanto para iluminar a questão da constituição da forma urbana atual do bairro quanto para ocultá-la.

#### *O bairro segundo os Neo-racionalistas*

A malha urbana de Botafogo é majoritariamente regular, exceção observada nas vias principais dos primeiros momentos da sua ocupação, as quais acompanham os acidentes geográficos naturais. As vias projetadas tendem à regularidade. O bairro é composto por 4 vias estruturantes que fazem a ligação da praia com a Lagoa, dentre as quais apenas a Rua Voluntários da Pátria tem esse caráter regular. São Clemente e General Polidoro acompanham, a primeira, a base do vale, e a segunda, o Rio Berquó. A Rua Mena Barreto, aberta posteriormente como continuação da Rua Visconde Silva, tem desenho que fica entre a regularidade da Rua Voluntários da Pátria e a geomorfologia (o rio) que definiu a Rua General Polidoro.



**Figura 2.** - Malha urbana de Botafogo (fonte: SIURB/IPP /PCRJ, acessado em Nov.2018 - Relatório de pesquisa).

As ruas transversais que interligam os eixos estruturadores entre si, por vezes, ganham dimensões mais alongadas para alcançar, em especial, a curva mais côncava da Rua São Clemente.

Em sua pesquisa o grupo que trabalhou com autores racionalistas, buscou reconhecer antigos caminhos rurais que permaneceram marcados durante os períodos de urbanização subsequentes. Em um mapa de 1808, 5 rotas que faziam a circulação foram identificadas. Esses mesmos caminhos permanecem no mapa de 1884, demonstrando força de estruturação do bairro e de suas conexões com o entorno.



**Figura 3.** Caminhos existentes em Botafogo 1808 (fonte: tratamento de Letícia Pimentel sobre imagem coletada em BN Digital).



**Figura 4.** Botafogo, 1884, em azul, ruas abertas na primeira metade do séc. XIX (fonte: tratamento de Letícia Pimentel sobre imagem coletada em BN Digital).



**Figura 5.** Trecho da Orla de Botafogo após as reformas de Pereira Passos – 1905 (fonte: rioantigo-imagenshistoricas.blogspot.com, acesso em Nov/2018).

A implantação do Colégio Santo Inácio, 1903, em gleba da Rua São Clemente, e o período que se sucedeu para sua total consolidação, foi associado à ocupação do Morro D. Marta, “uma vez que, segundo o IRPH, foi dada permissão para que os

operários se instalassem nas terras dos padres durante as obras.”

A ampliação da malha viária entre as ruas principais, São Clemente e Voluntários da Pátria, com um novo dimensionamento, mais estreitas e mais longas, com novos tamanhos de lotes, profundos mas com testada menor em relação à tipologia anterior, aparece como um fato relevante pela alteração que introduz na tipologia anterior e na sua ocupação predominantemente como moradia pela classe média. A continuidade da concentração do comércio nos eixos mais antigos foi constatada.

A abertura do Túnel do Pasmado, em finais da década de 1940, criou uma ligação direta entre a orla de Botafogo e os bairros do Leme e Copacabana, antes feita pela Rua da Passagem, seguida, em finais da década de 1960, pela abertura do Túnel Rebouças, que estreita a ligação das zonas sul e norte.



**Figura 6.** Mapa síntese das grandes obras de estruturação viária que gerou impactos sobre o espaço do bairro de Botafogo a partir da década de 1940 (fonte: Leticia Pimentel sobre base do SIURB – IPP/PCRJ).

O procedimento metodológico adotado, a partir de autores *neo-racionalistas* italianos (Aymonino, 1981; Caniggia, 1995; Rossi, 1966), apoia-se fundamentalmente na identificação das mudanças introduzidas, e das semelhanças mantidas, que as plantas cadastrais de distintos períodos apresentam. A partir da comparação dessas plantas duas categorias de conexão foram identificadas pelos alunos:

1. A primeira categoria abrange as intervenções ocorridas entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, que transpuseram e/ou eliminaram barreiras naturais que impediam a ligação com os bairros vizinhos. Esse é o caso do Túnel Velho (1892) para ligação com Copacabana, da

abertura da Rua Pinheiro Machado para ligação com Laranjeiras, e da abertura do Túnel do Leme, para ligação com Copacabana desde a Rua da Passagem.

2. A segunda categoria é definida pelas “alterações que impactaram o bairro do ponto de vista da ruptura de sua morfologia pré-existente, uma vez que exigiram a ocupação de áreas extensas para criação de alças viárias para acesso às novas estruturas. É o caso da abertura do Túnel do Pasmado e, mais tarde, da construção do Viaduto Cabral, interrompendo a ligação natural e fluida entre a General Polidoro e os grandes edifícios da Urca, e da construção do Túnel Rebouças ligando a Zona Sul à Zona Norte e interrompendo uma continuidade de ocupação entre Humaitá e Jardim Botânico. Foi incluída nessa categoria a divisão administrativa dos bairros de Botafogo e Humaitá que gerou uma possibilidade de gestão diferenciada em tecidos urbanos de origem e tipologia assemelhada e intrinsecamente associadas (extraído do relatório de campo dos alunos MU/PPGAU, 2018, s.2).



**Figura 7.** APACs Botafogo e Humaitá (fonte: IRPH, acesso em Nov/2018).

Os resultados deste ‘olhar’ apontaram para: inventariar e classificar as formas urbanas, identificar os eixos de expansão, os diferentes estágios da estrutura viária, as possíveis tipologias de quadras e lotes, em diferentes períodos da história do bairro. Predomina a descrição dos fatos, das datas e das formas. As grandes obras viárias mereceram destaque como a abertura do Túnel do Leme, em 1904, e a abertura da Rua Pinheiro Machado, 1906, e em 1905, a reforma urbana de Pereira Passos ampliou a Av. Beira Mar. A maior integração com os bairros vizinhos e a diversificação dos usos do solo são constatadas, mas não necessariamente relacionadas entre si.

Identificar tipologias edilícias distintas para preservação foi a utilidade apreendida, pelos alunos, dos resultados obtidos a partir dos neo-racionalistas italianos. O relatório do trabalho de campo apontou o “tombamento de elementos isolados”, salientando que os efeitos da proteção não interferiram nas possibilidades de renovação que ocorreram naquele momento. Sob efeito dessa pressão, a proteção exercida foi pulverizada no bairro.



**Figura 8.** Processo de renovação de um lote em Botafogo - de vila à edificação vertical (fonte: Relatório de campo, coletado em SMU - Acervo de imagens e Google Maps).

### *O bairro segundo os percepcionistas*

Os alunos que optaram por ir a campo sob a luz dos autores chamados *percepcionistas* (Cullen, Ferrara, Gehl, Lynch) focaram a escala micro, identificaram pistas possíveis para sintonizá-las com a escala macro. Buscaram ações humanas que repercutissem na forma urbana - um detalhe publicitário, a posição dos ambulantes nas calçadas. A escala de observação local, 1:1, espelhou olhar praticado pelos ‘percepcionistas’ originalmente.

A variedade de estilos arquitetônicos, tempos e texturas, a multiplicidade de formas e aspectos do bairro, abriga uma complexidade de sentido, “uma ocorrência emocionante no meio ambiente”, para Cullen (1961, p.10).

Um outro aspecto, Cullen aponta, é a expressão da “publicidade” no espaço público. Traz ao debate uma outra forma de escrita urbana, a pichação, os grafites e cartazes sem fins mercadológicos. Foram registradas diversas escritas urbanas. Para além de discussões sobre “legal/ilegal” ou “feito/belo” - agem como reivindicações sociais deste espaço e ajudam a compor o ‘quebra-cabeças’.



**Figura 9.** “A rua é tua”, 2018 (fonte: autoras).

Baseados em Gehl e Svarre (2018) os alunos formularam uma lista de perguntas sobre a relação entre vida e forma, específicas para o local escolhido.

Sete perguntas surgiram: (1) Por onde as pessoas andam?; (2) Onde as pessoas param?; (3) O que elas fazem na rua?; (4) Quais lugares elas frequentam?; (5) Como elas se apropriam do espaço público? (6) Como essas práticas se relacionam com vitalidade urbana? (7) Por fim, como contribuem para a nova imagem de melhor bairro da cidade?

Após muitas visitas ao bairro em horários distintos e dias da semana alternados, verificou-se que a rua Voluntários da Pátria acumulava maior fluxo de pedestres seja caminhando, seja ‘parando’ para descansar ou desfrutar o local. As esquinas, principalmente em pontos com calçada mais larga, se apresentaram como locais eleitos para apropriações espaciais das mais variadas dimensões. A esquina da rua Dona Mariana com rua Voluntários da Pátria, abriga uma composição de comércio formal e recorrente, porém, por alguma razão não identificada nesta etapa da investigação, este arranjo foi capaz de atrair pessoas que por sua vez atraíram o comércio informal, e por fim, ainda mais pessoas. Convivem lojas, mercado, banca de jornal, pessoas que expõem produtos presos nos galhos das árvores, espalhados pelo chão, barracas de vendedores ambulantes, pessoas sentadas pelos canteiros de concreto, nos canteiros de ferro... uma infinidade de usos fixos e outros temporários.



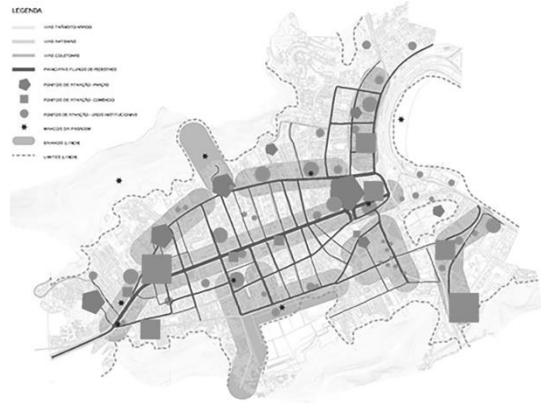
**Figura 10.** Esquina Rua Voluntários da Pátria x Rua Dona Mariana, 2018 (fonte: autoras).

Duas praças também chamaram bastante a atenção dos pesquisadores por conta da sua vitalidade: Praça Nelson Mandela, também conhecida como “praça do metrô”, e Praça do Corumbá, ao pé da Favela Santa Marta. Reconheceu-se nas praças um ‘espaço da diversidade’, por abrigar diferentes classes sociais, usos funcionais e apropriações diversificadas. Na praça do metrô o fluxo de pedestres concentra-se nas bordas da praça, alimentando os cinemas, as livrarias e o comércio formal de restaurantes, com lojas de um lado, e quiosques do outro, oferecendo produtos variados, inclusive alimentícios. No interior da praça a vitalidade urbana próxima às saídas do metrô é visivelmente ampla, mas, no espaço que se encontra gradeado poucas são as interações sociais.



**Figura 11.** Praça Nelson Mandela, 2018 (fonte: autoras).

Tais estruturas urbanas sobrepostas em uma cartografia onde os elementos da abordagem de Lynch foram dispostos, conforme as características observadas no bairro, revelaram associação lógica entre o sistema viário, as paradas dos modais de transporte coletivo, e os pontos de atração.



**Figura 12.** Mapa elementos de Lynch aplicados a Botafogo, 2018 (fonte: Rachel Maciel e Fernanda Ventorim, relatório de campo).

Com o intuito de sintetizar a análise sobre a vitalidade do bairro, confeccionou-se um mapa (Fig.13) fundamentado nas observações do campo. Os dois círculos no mapa representam os ‘raios’ de distância a pé (400m e 800m) posicionados a partir do principal centro vital identificado - a praça do metrô. As manchas de cor laranja representam a vitalidade diurna e as de cor azul escuro, a noturna. Sobrepostas pode-se observar a diferenciação entre as ruas mais movimentadas segundo os diferentes períodos do dia, explicação associada aos usos e serviços oferecidos em cada uma delas.



**Figura 13.** Mapa vitalidade de Botafogo, 2018. Representado em laranja o período diurno e em azul o período noturno (fonte: Fernanda Pacheco, relatório de campo).

### *Contribuições e limitações*

Os *percepcionistas* se concentraram no estudo do campo como principal fonte para responder ao desafio proposto - definir quais práticas sociais promovem a vitalidade urbana e contribuem para a mudança da imagem do bairro. Os pontos de maior ‘atração’ e ‘vitalidade’ foram identificados e

mapeados na malha urbana, bem como os fluxos de pedestres e automóveis. A presença de pessoas, suas variadas atividades e permanências, foram identificadas e qualificadas.

Enquanto que os *racionalistas* focaram no processo histórico, nas intervenções que marcaram distintas etapas de urbanização do bairro, suas características físicas e geográficas, suas tipologias arquitetônicas, malha urbana e parcelamento. Identificaram quais características desapareceram e quais permaneceram.

A imagem de “bairro de passagem” foi atribuída ao período de crescimento que marcou o final do século XIX e início do XX, quando a construção de túneis e viadutos, mudanças de gabaritos das edificações se deu de forma intensificada. Provocadas por mudanças nas normas de urbanização, mais permissivas ao mercado imobiliário, as vias principais foram mais alteradas do que as vias adjacentes a elas.

Os dois grupos de alunos realizaram, em curto prazo, bons trabalhos que ilustram a utilidade da morfologia para análise dos ‘homens lentos’ e seus usos e gozos.

As reflexões sobre os efeitos na vitalidade do bairro, das tipologias identificadas, e da grande incidência de edifícios preservados, associaram as tipologias dos imóveis à sua utilização comercial, institucional e de serviços, registrando o alto potencial de atratividade daquelas arquiteturas para criar uma “atmosfera urbana sedutora”. Além do fato de que oferecem ao bairro espaços alternativos de lazer de acesso gratuito e, também, devido às grandes dimensões dos terrenos onde estavam implantados, permitiram a renovação constatada, admitindo diversas escalas de ocupação.

Grandes construtoras atraídas pelo prestígio crescente do bairro, e pelas vastas dimensões dos casarões, e dos lotes correspondentes, estão a propor novas tipologias edilícias. São condomínios residenciais, 2 ou 3 blocos, com infra-estrutura exclusiva de clube particular anuladora da vizinhança, portanto, potencialmente ameaçadores à natureza específica da vitalidade do bairro de Botafogo.

## Perguntas velhas e novas

Essas análises tipológicas e observações de percursos e permanências, apresentam contribuições explicativas, até certo ponto, embora não conclusivas, à pergunta inicial “por que o bairro mudou de imagem/significado de corredor de passagem para permanência valorizada?” Novas apropriações sociais surgiram atraídas por uma reconfiguração do espaço público promovida pela implantação da estação de metrô. A sua presença atratora de fluxos, em horários condizentes ao convívio social, certamente alimentou o processo em andamento de reconfiguração das suas bordas, mas seria suficiente para explicar o prestígio, o valor identitário conquistado?

As relações entre as bordas da praça da estação do metrô, à direita, lojas formais, e à esquerda, quiosques ‘arrumadinhos’ de ambulantes, ilustram diferentes estágios de reconfiguração dos espaços de bordas, periféricos aos focos de intenção e interesses predominantes, mas, ainda assim, potencialmente interessantes a apropriações sócio econômico espaciais para usuários não contemplados por aqueles interesses. São estruturas e dinâmicas que mais precisam ser compreendidas do que ‘corrigidas’ (Carvalho, 2017). F. Careri (2013, p. 159) diz: “não estão apenas à espera de serem preenchidos de coisas, mas são espaços vivos a serem preenchidos de significados”.

Diversas são as proposições de “solucionar os problemas” das cidades adotando uma postura de normatização da vida pública, que, no entanto, não são favoráveis ao desejo de experimentar a cidade tal qual ela é.

A observação deambulatória permitiu a construção de narrativas cotidianas, e contribuiu para a formulação de hipóteses que, podem contribuir com outras pesquisas interessadas em integrar as abordagens nas escalas micro e macro.

Restam as questões operativas de “como combinar e coordenar estas abordagens de modo a melhorar a nossa capacidade de *descrever, explicar e prescrever* a forma física da cidade” (Oliveira, 2018) tendo em vista melhor conhecer, entender e interagir com a forma urbana.

Jacobs (2011), Lefebvre (2001), Milton Santos (1996), Tomkiss (2018) demonstraram a importância de focar a

atenção na escala do local - nas ações do cotidiano e principalmente nas relações de vizinhança, na cidade como palco de inúmeras relações formais e informais de apropriação dos espaços públicos de passagem e permanência, os 'aconchegos urbanos' enquanto locais de práticas importantes para os cotidianos de muitos que nela vivem e convivem entre si.

Por outro lado, os modelos de simulação que estão sendo derivados a partir do citado 'dataísmo' não parecem nos contemplar, míopes às nossas afinidades múltiplas, diversas, individuais e coletivas, que as narrativas da pequena escala dos desfrutes cotidianos revelam.

Neste artigo, entendemos que as abordagens atraídas pelas possibilidades da ferramenta 'big data' correm sérios riscos de comprometerem o nosso futuro, por não enxergarem que 'elementos da sociabilidade'

entendidos como as singularidades que distinguem a *cidade como espaço de reconhecimento mútuo*, "são também elementos constitutivos da felicidade individual" (Claeys, 2013). Para Chul-Han (2018, p. 80): "é necessário um *terceiro iluminismo* que nos ilumine mostrando que o iluminismo digital se converte em servidão".

As várias imagens /percepções que resultaram desse esforço, revelaram inúmeros detalhes arquitetônicos e da paisagem que, colecionados, parecem peças de um quebra-cabeças. Existe uma única lógica que permita a junção de tais peças? Ou serão múltiplas lógicas, cambiantes, que mudam em função dos 'fazedores' da cidade, do reconhecimento social que recebem, das variadas escalas em que atuam, das múltiplas redes que os articulam? Este artigo aposta nesta segunda alternativa.

## Referências

- Anderson, C. (2008). The End of Theory: the data deluge makes the scientific method obsolete. [online] Condé Nast. Disponível em: <http://www.wired.com/2008/06/pb-theory> [Acesso em 23 Julho 2019].
- Arendt, H. (2007). *A condição humana*. 10th ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Aymonino, C. (1981). *El Significado de las Ciudades*. Madrid, Blume Ediciones.
- Batty, M., Sulis, P., Manley, E., Zhong, C. e Batty, M. (2018) Using mobility data as proxy for measuring urban vitality. *Journal of Spatial Information Science*. 16, 137-162.
- Brooks, D. (2013). The Philosophy of Data. *The New York Times*. Opinion. 4. Fev. 2013.
- Careri, F. (2013). *Walkscapes : O caminhar como prática estética*. 1st ed. São Paulo, G. Gili.
- Calthorpe, P. (1995). *The next American metropolis: Ecology, Community, and the American Dream*. 3rd ed. New York, Princeton Architectural Press.
- Caniggia, G. e Maffei, G. (1995). *Tipología de la edificación – estructura del espacio antrópico*. Madrid, Celeste Ediciones.
- Carvalho, T. (2017) Utopia no cotidiano-espaço público, desejo e fruição na formação da cidade. In: Netto et al. (eds.) *Efeitos da Arquitetura: os impactos da urbanização contemporânea no Brasil*. Brasília, FRBH.
- Certeau, M. (1982). *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forum Universitário.
- Claey, G. (2013). *Utopia: a história de uma ideia*. São Paulo, Edições SESC.
- Conzen, M. (1960). *Alnwick, Northumberland. A study in town-plan analysis. [With plates, plans and a bibliography.]*. London, Institute of British Geographers Publication.
- Cui, B. e Mao, M. (2018). Quantifying Vitality of Dashilan: An Experiment Conducting Automated Human-Centered Observation. In: Z. Shen and M. Li, *Big Data Support of Urban Planning and Management: The Experience in China*. Fuzhou, Springer Nature, pp.389-413.
- Cullen, G. (1971). *Paisagem urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- Ferrara, L. (2000). *Os significados urbanos*. São Paulo, EdUSP.
- Gehl, J e Svarre, B. (2018). *A vida na cidade: como estudar*. São Paulo, Perspectiva.
- Han, B. C. (2018). *Psicopolítica*. Belo Horizonte, Âyné.
- Harari, Y. N. (2016). *Homo Deus*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras.
- Hillier, B. e Hanson, J. (1984). *The social logic of space*. Cambridge, University Press.

- Pont, M. (2017). Twenty-Fourth International Seminar on Urban Form. In: *Conference report City and territory in the globalization age*. Valencia, XXIV ISUF Valencia.
- Krafta, R. e Faria, A. (2016). Morfologia Urbana, o Estado da Arte. In: *Sessão temática: morfologia urbana*. Porto Alegre, IV ENANPARQ.
- Morfologia Urbana 2018-2 (2018). *Relatório de avaliação final da disciplina do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFF*. Niterói, PPGAU/EAU/UFF.
- Nadai, M., Staiano, J., Larcher, R., Sebe, N., Quercia, D. and Lepri, B. (2016). International World Wide Web Conference Committee. The Death and Life of Great Italian Cities: a Mobile Phone Data Perspective. In: *Proceedings of the 25th International Conference on World Wide Web*, pp. 413–423. DOI:10.1145/2872427.2883084.
- Oliveira, V. (2018). Diferentes abordagens em morfologia urbana. In: V. Oliveira (ed.), *Diferentes abordagens em morfologia urbana. Contributos luso brasileiros*. Urban Forms. Disponível em: <http://vitoroliveira.fe.up.pt> [Accessed 23 Jul. 2019].
- Saboya, R., Netto, V. e Vargas, J. (2015). Fatores morfológicos da vitalidade urbana Uma investigação sobre o tipo arquitetônico e seus efeitos. *Arquitextos*, 180(02). Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.180/5554> [Acesso em 23 Julho 2019].
- Sandercock, L. (1998). *Towards Cosmopolis*. Sussex, John Wiley.
- Ünlü, T. (2018). Twenty-Fifth International Seminar on Urban Form, Krasnoyarsk, Russia, 5–9 July 2018. In: XXV ISUF 2018. Krasnoyarsk, International Seminar on Urban Form, pp.164–165.
- Tonkiss, F. (2013). *Cities by design*. Cambridge, Polity Press.
- Yu, Y., Li, D. and Liu, X. (2018). How block density and typology affect urban vitality: an exploratory analysis in Shenzhen, China. *Urban Geography*, 39(4), 631–652. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02723638.2017.1381536>.
- Whitehand, J. (2018). Twenty-Fifth International Seminar on Urban Form, Krasnoyarsk, Rússia, 5–9 July 2018. In: XXV ISUF 2018. Krasnoyarsky: International Seminar on Urban Form, pp.164–165.

## Tradução do título, resumo e palavras-chave

*Cities, ways to see and to make urban vitality on a daily basis*

**Abstract.** *This article deals with relations between processes of configuration, spatial appropriation, urban vitality and morphology. Based on classical as well as contemporary authors, it finds support on empirical data recently produced. Urban analyses procedures tend to cut the 'object city' into pieces according to different disciplines – geography, history, sociology, anthropology, urbanism, etc. Each one 'reveals' what it wants to see and obliterates what it considers irrelevant to its disciplinary purposes. This paper addresses spatial appropriation for social, cultural and economic interactions as a generous process – once triggered, it acknowledges and aggregates multiple qualitative dimensions of the urban space, which may positively contribute to local urban vitality when thus allowed. When and where those spatial appropriations are condemned as transgressions, public space may lose its major attractive attribute – people's interests. Under certain conditions, those processes of social, economic spatial appropriations produce 'nests' of urban vitality that support us, with various alternatives of fruition, due to the local vitality it engenders. The paper focuses on processes of 'urban nests making' that proved important to enhance local quality of life. Illustrated by empirical studies, this article finalizes pointing out questions for further researches.*

**Keywords:** *urban morphology, vitality, morphological process, persistence, fringes.*

Editor responsável pela submissão: Renato T. de Saboya.

Licenciado sob uma licença Creative Commons.

